

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL E OS ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: COMPARTILHANDO CONHECIMENTOS DO LITORAL AO SERTÃO PERNAMBUCANO

Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza¹

Resumo: Este artigo reflete sobre a intervenção profissional do serviço social, articulada com os estudos de gênero e sexualidade, acerca das vivências da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no capitalismo contemporâneo. Para tal, utilizamos reflexões das teorias feministas e os estudos de gênero e sexualidade. Metodologicamente, o estudo parte do relato de experiência/sistematização da prática do assistente social no Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH). Como resultados, apresentamos as ações desenvolvidas nos diferentes equipamentos municipais do estado e os conteúdos abordados, apreendendo que o compartilhamento de informações é essencial no combate à LGBTfobia.

Palavras-chave: Serviço social; Gênero; Sexualidade.

Abstract: This article reflects on the professional intervention of Social Work, articulated with gender and sexuality studies, about the experiences of the lesbian, gay, bisexual, travesty, and transgender population (LGBT) in contemporary capitalism. Based on feminist theories and gender and sexuality studies, we elaborated an experience report of the social worker's practice at the State Center for Combating Homophobia (CECH). Our results present the actions developed by the different municipal facilities in the State and the contents covered, understanding that sharing information is essential to combat LGBTphobia.

Keywords: Social work; Genre; Sexuality.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Assistente Social, Mestre em Psicologia, Doutorando em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. E-mail: luiz_brauna@hotmail.com. Orcid: 0000-0001-6824-574X

1 Introdução

Pensar a LGBTfobia e as estratégias de combate aos seus efeitos cotidianos contribui para tornar visível a existência e as vivências dos sujeitos que se reconhecem a partir de identidades de gênero e orientação sexual fora dos padrões socialmente determinados. Refletir sobre esse tema permite que o outro possa se identificar, reconhecer a população LGBT, respeitá-la e defender práticas de visibilidade positiva à diversidade humana. Este artigo se propõe a refletir sobre a intervenção profissional do serviço social, articulada com os estudos de gênero e sexualidade, acerca das vivências da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no capitalismo contemporâneo.

Para a construção desta pesquisa, me aponto nas reflexões das teorias feministas e nos estudos de gênero e sexualidade (RUBIN, 1993; SCOTT, 1995; LOURO, 2000; BUTLER, 2012; IRINEU; FROEMMING, 2012; FERREIRA, 2018; CISNE; SANTOS, 2018). Esses apontamentos partem metodologicamente do relato de experiência, na prerrogativa da sistematização da prática do assistente social no Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH), um programa de promoção e proteção dos direitos da população LGBT, vinculado à Secretaria Executiva de Direitos Humanos, pasta da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da gestão 2015-2018 (e reeleita para o quadriênio 2019-2022) do governo do estado de Pernambuco. O CECH, que surge em 2009 no estado de Pernambuco, oferece serviço profissional especializado de apoio psicossocial e jurídico, com o acolhimento e orientação à população LGBT, familiares e vítimas de LGBTfobia². Ele integra o Sistema Estadual de Proteção à Pessoa (Sepp) e tem por finalidade combater a discriminação e violência contra a população LGBT, promovendo o respeito e a cidadania dessa população em todo o território pernambucano. O centro realiza acompanhamento de denúncias, violações de direitos e homicídios contra LGBT, assim como promove diálogos e capacitações com gestoras/es, rede de serviços públicos e privados, movimentos sociais e população em geral sobre a temática da diversidade sexual e de gênero nos municípios do estado.

Nesse espaço, entre as categorias profissionais atuantes, encontra-se o profissional do serviço social. Das atividades desenvolvidas pelo assistente social, encontramos: (1) a realização de

2 Conforme Mirla Cisne e Silvana Mara Santos (2018, p. 124), a LGBTfobia “corresponde à violência e às violações de direitos cometidas diretamente contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em espaços públicos e privados”. Elas compreendem a LGBTfobia como uma “expressão deletéria do sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista”.

orientação social com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e coletividade aos direitos socioassistenciais, por meio da socialização de informações e ações socioeducativas sobre legislações e normativas existentes que tratem do respeito à diversidade afetivo-sexual e de gênero; (2) o acolhimento individual, familiar e grupal, atuando na perspectiva da superação das vulnerabilidades e violações de direitos em decorrência da LGBTfobia nos mais variados espaços de sociabilidade (família, escola, ambiente de trabalho, serviços públicos e privados, entre outros); (3) a realização de visitas domiciliares e institucionais, com o objetivo de apreender a realidade socioeconômica da/o usuário, do contexto em que estão inseridas/os e da instituição que os acolheram. A partir dessa práxis profissional floresceram as reflexões aqui pretendidas.

Por meio da análise das denúncias de LGBTfobia recebidas pelo Disque 100³, do Movimento LGBT e/ou dos sujeitos vitimados, a equipe do CECH, além de realizar o planejamento das ações interventivas necessárias e o encaminhamento para a rede de serviços, identificou a necessidade da promoção de espaços educativos que discutam a temática de gênero e sexualidade nas diferentes instituições socioassistenciais nos municípios pernambucanos, principalmente por parte significativa dessas denúncias se referirem a situações de LGBTfobia institucional⁴.

Portanto, pensar no combate à LGBTfobia na esfera estadual não se resume ao âmbito da proteção aos LGBT que foram e/ou estão sendo vítimas dessa forma de violência e/ou violação de direitos, é também promover espaços em que possam ser compartilhados conhecimentos e experiências sobre a temática da diversidade sexual e de gênero, principalmente com os diferentes profissionais que compõem a rede de serviços socioassistenciais dos municípios do estado de Pernambuco, foco desta discussão.

Dessa forma, é nesse e por meio desse espaço que se desenvolveu o meu trabalho como assistente social e ativista, de outubro de 2016 a abril de 2019. Portanto, dar visibilidade aos desafios contemporâneos que se apresentam nas particularidades das demandas por defesa, promoção e proteção dos direitos da população LGBT, que enfrenta um contexto de violências, violações e opressões cotidianas, é um compromisso que se impõe como luta e resistência à onda conservadora que está em curso no Brasil, no mundo e na própria profissão.

3 O Disque 100 (Disque Direitos Humanos) é um serviço público, gestado pelo governo federal, que visa o recebimento de denúncias relativas à violência e violação de direitos humanos no Brasil, lançado em 2003.

4 Termo utilizado para se referir a práticas LGBTfóbicas nas instituições públicas e/ou privadas.

2 O serviço social e a defesa dos direitos da população LGBT

A luta por uma sociedade livre de preconceitos e discriminação é parte fundamental da atuação dos movimentos sociais na contemporaneidade, assim como compõe os princípios fundamentais que orientam os projetos éticos e políticos de algumas categorias profissionais, entre elas, a profissão do assistente social. O serviço social pauta, em seu mais recente código de ética profissional (BRASIL, 2012), a defesa intransigente dos direitos humanos e o exercício profissional sem discriminar, nem ser discriminado, em razão da orientação sexual, identidade de gênero, raça/etnia, classe, entre outros marcadores sociais. Esse é, portanto, um dos principais documentos jurídico-formais em que a categoria profissional estabelece o seu processo histórico de amadurecimento da relação do serviço social e a diversidade sexual e de gênero, como veremos na citação a seguir:

A relação entre o Serviço Social e a diversidade sexual (e de gênero) insere-se no processo histórico de amadurecimento da renovação teórico-metodológica e ético-política da profissão no Brasil. É resultado, portanto, de mediações que, articuladas, permitem apreensão do contexto sócio-histórico em que emerge a temática no debate profissional, além das principais determinações e das polêmicas postas. A perspectiva de inclusão do tema da diversidade sexual (e de gênero) no universo do Serviço Social brasileiro partiu do reconhecimento da sexualidade e da diversidade sexual (e de gênero) como dimensões relevantes da vida dos indivíduos, que têm implicações nas suas condições de vida e de trabalho, bem como nas demandas e respostas profissionais e, também, por reconhecê-la como agenda política de sujeitos coletivos que resistem ao conservadorismo e desenvolvem articulações políticas no campo das esquerdas, como o objetivo de enfrentar a violação de direitos e as formas opressivas contra a população LGBT. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 161-162).

Considero, portanto, em conformidade com Mirla Cisne e Silvana Santos (2018), um avanço importantíssimo para a profissão, que opta por afirmar seu posicionamento ético e político, fortalecendo o envolvimento com as causas sociais, bem como o desenvolvimento de ações e atividades nesse âmbito. Esse contexto é essencial para compreendermos a relevância da atuação do profissional do serviço social, visto que, durante décadas, essa demanda foi simplesmente ignorada nos espaços de planejamento e implementação de políticas públicas no Brasil – espaços que são considerados lugares “privilegiados” da atuação do serviço social (SILVA, 2012).

Outros princípios fundamentais também são expressos no código de ética profissional já citado: a defesa do empenho da categoria na “eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 2012, p. 23) e o princípio fundamental XI, que estabelece o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (BRASIL, 2012, p. 24). Esses princípios e valores constituem o que José Paulo Netto (2006) convencionou chamar de projeto ético-político do serviço social, que, após vivenciar momentos de reconceitualização, avança na incorporação de discussões acerca dos direitos da população LGBT e a luta pela livre expressão das identidades sexuais e de gênero, afirmando o posicionamento ético-político da profissão e o seu compromisso com a transformação societária, na direção da defesa da diversidade.

O Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), entidade pública nacional de representação dos profissionais do serviço social, realizou, em 2006, a campanha “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito”, em parceria com os movimentos sociais e órgãos defensores dos direitos LGBT. Em 2014, lançou a campanha “Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito”, em alusão ao dia da visibilidade trans, inserindo a categoria profissional na luta pelo enfrentamento da transfobia, que é a violência contra travestis e transexuais.

Essas campanhas constituem o marco da discussão do serviço social sobre os direitos da população LGBT e têm como diretrizes: a luta pela livre expressão das diferentes orientações sexuais e identidade de gênero; o fim da opressão ao segmento LGBT, que é manifestado na violência e recusa ao reconhecimento da diversidade humana; a criminalização da LGBTfobia; a luta para que as políticas sociais contemplem a perspectiva de gênero e orientação sexual; e pela garantia do acesso aos serviços públicos no âmbito da saúde, assistência social, previdência social, educação, trabalho, geração de emprego e renda, segurança pública, moradia e lazer, entre outros direitos (MESQUITA; MATOS, 2011).

Além dessas campanhas, as instâncias do conselho profissional utilizam-se de instrumentos, como os “Cfess manifesta” e uma série de livros intitulada “Assistente social no combate ao preconceito”, que busca

dar visibilidade a essa questão e fortalecer os principais posicionamentos políticos da categoria. Essas manifestações, portanto, foram e permanecem sendo um convite à categoria profissional para o reconhecimento do respeito à diversidade humana. Um convite à mudança de postura e de atitude, de revisitação de preconceitos, e a inserção na luta por uma sociedade em que as pessoas possam viver livremente os seus afetos, os seus desejos e os seus projetos de vida, sem interdições moralistas e discriminatórias.

Em 2019, a nível local, entre outros instrumentos de fortalecimento da luta contra a LGBTfobia e em defesa dos direitos da população LGBT, especialmente da população trans, o Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (CRESS-PE) publicou, no dia da visibilidade trans (21 de janeiro), o artigo “Assistentes sociais afirmam: vidas trans importam!” (SOUZA, 2019), a fim de reafirmar o compromisso ético-político da categoria profissional com a defesa intransigente dos direitos humanos e, sobretudo, reiterar que o serviço social brasileiro luta pelo respeito à livre expressão da identidade de gênero e orientação sexual.

Dessa forma, em tempos de fortalecimento do conservadorismo, se faz necessário dar visibilidade às bandeiras de luta dos diferentes movimentos sociais atuantes em nossa sociedade, nos mais variados espaços, como uma maneira de unir forças na luta pelo fim da opressão que sofre a classe trabalhadora, composta por homens e mulheres, negros e negras, LGBT, pessoas com deficiência, entre outros sujeitos e especificidades que compõem a diversidade humana. Este artigo se consolida com o intuito de contribuir, mesmo que minimamente, com a visibilidade da luta em defesa dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, assim como promover um diálogo reflexivo sobre os desafios enfrentados para implementação e efetivação dos direitos da população LGBT no Brasil e a relação do serviço social na luta aliada aos movimentos sociais pelo acesso e garantia a esses direitos.

3 A dimensão pedagógica na intervenção do serviço social

O serviço social, em seu comprometimento ético-político emancipatório, que tem como objetivo a atuação aliada aos movimentos sociais com vistas a fortalecer a luta e assegurar os direitos da população LGBT, pode, por meio da sua intervenção profissional, ultrapassar as barreiras do conservadorismo ainda presente na profissão e, assim, promover espaços de discussão com a temática do respeito à diversidade sexual e de gênero. Isso, portanto,

representa para a categoria profissional a reafirmação do seu compromisso ético-político com a luta do movimento LGBT, reconhecendo suas especificidades e tornando suas pautas reivindicatórias visíveis.

É importante compreender que para uma análise crítica das relações sociais que estruturam os contextos de desigualdade e que ampliam, diversificam e particularizam as expressões da questão social, as quais os sujeitos enfrentam na dinâmica capitalista contemporânea, se faz necessário o conhecimento de quem são esses sujeitos, quais as suas bandeiras de luta e os contextos de violência e violação de direitos que estão acometidos nessa sociabilidade capitalista, como veremos a seguir:

O conhecimento das reivindicações e o fortalecimento desses sujeitos políticos são fundamentais em uma conjuntura de crise estrutural do capital, com ascensão das forças conservadoras, adversas à classe trabalhadora e à diversidade humana e que põem em constante ameaça direitos do trabalho anteriormente conquistados, adensando, assim, a superexploração da força de trabalho, a naturalização da desigualdade social e a reprodução de dogmas, preconceitos e fundamentalismos religiosos que violam a laicidade do Estado. Os discursos e práticas de ódio são materializados em diferentes expressões de violência e violação de direitos, a exemplo dos crimes motivados por racismo, LGBTfobia e sexismo. Esses crimes acontecem diariamente na sociedade brasileira que, além de capitalista, permanece racista, patriarcal e heterossexista. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 18).

Em meio a esse contexto, o serviço social, em parceria com a equipe técnica interdisciplinar que compõe o CECH, mediante a análise das denúncias de LGBTfobia e, especialmente, aquelas ocorridas em espaços institucionais públicos e privados, identificou a necessidade de compartilhar os estudos de gênero e sexualidade com os profissionais que atuam nas diferentes instituições, em alguns municípios do estado de Pernambuco, a fim de promover o conhecimento de quem são esses sujeitos, das suas vivências e dos contextos adversos que acometem essa população, como situações de violência e violação de direitos na sociedade capitalista contemporânea.

É dessa necessidade que surge, no âmbito do serviço social, o desempenho da dimensão pedagógica (ou função pedagógica) na intervenção profissional, que se materializa por meio desse espaço sócio-ocupacional como uma das “estratégias educativas emancipatórias, vinculadas à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 5),

relacionadas aos interesses da classe trabalhadora e de outros segmentos sociais subalternizados na sociabilidade capitalista.

Dessa forma, se estabelece um “redimensionamento (histórico) da relação profissional com os setores populares, com base no reconhecimento de papéis e funções diferenciadas, porém complementares, desses sujeitos no processo político-educativo” (ABREU, 2002, p.156-157). Em vista disso, podemos compreender que a dimensão pedagógica utilizada como instrumento para a intervenção no âmbito do serviço social contribui, por meio das estratégias de educação popular, para a superação da LGBTfobia, numa perspectiva emancipatória, consoante com o projeto ético-político profissional, o que constitui um grande desafio à categoria, como nos apresenta Marina Abreu:

[...] frente a esses direcionamentos históricos, o primeiro e fundamental desafio que se coloca para os assistentes sociais – para avançar numa perspectiva emancipatória – refere-se à contribuição profissional para o fortalecimento e o avanço de processos e lutas que favoreçam a ultrapassagem das conquistas das classes subalternas dos limites históricos do Estado de Bem-Estar, no sentido da construção de uma nova sociabilidade – a socialista. (ABREU, 2002, p. 206).

Vale ressaltar que, mesmo nos limites de uma atuação profissional institucionalizada, pensar, como horizonte estratégico, numa perspectiva emancipatória para a classe trabalhadora e, em especial, para a população LGBT é tão imprescindível quanto reconhecer que, ainda nos marcos do capital, se faz necessária a luta para o estabelecimento de marcos jurídico-formais que favoreçam a vivência dessa população, no sentido de (re)afirmar direitos e, assim, possibilitar que esses sujeitos tenham sua emancipação política conquistada, com vistas à emancipação humana (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2014).

A dimensão pedagógica do assistente social pressupõe, pois, a formulação de metodologias de atuação, competências e saberes específicos que respaldem a intervenção profissional, alinhado ao projeto profissional hegemônico da categoria, de forma qualificada, organizada e crítica. É mediante a promoção de processos de reflexão, identificação de demandas e formulação de respostas que o assistente social poderá contribuir para a construção de novas formas de “pensar e agir dos sujeitos envolvidos em seus processos de trabalho” (ABREU, 2002, p. 102) sobre determinada temática, favorecendo a emancipação dos sujeitos envolvidos em suas ações.

Nesses termos, o assistente social (e a equipe técnica) do CECH começou a acreditar que, para a superação da LGBTfobia institucional no território pernambucano, é indispensável o desenvolvimento da dimensão pedagógica, na intenção de socializar o conhecimento sobre os estudos de gênero e sexualidade, assim como compartilhar as vivências da população LGBT na sociabilidade capitalista vigente. De acordo com Abreu (2004), é por meio da democratização das informações que a atuação do serviço social, em sua dimensão pedagógica, favorece a formação de uma nova cultura, contribuindo para a criação de novas formas de sociabilidade.

Com a pretensão de divulgar como essa dimensão pedagógica do serviço social tem contribuído para a luta contra a LGBTfobia no estado de Pernambuco, apresentaremos, a seguir, uma das metodologias de promoção da discussão em torno das questões de gênero e sexualidade, oriunda de esforço intelectual de sistematização da prática profissional do assistente social no CECH.

Entendemos sistematização da prática como uma dimensão constitutiva do trabalho do assistente social, como “um esforço de sistematização, quer da realidade social como das respostas profissionais formuladas que determinam a sua atividade profissional, o seu trabalho em sentido amplo” (ALMEIDA, 2006, p. 400). Considerando que o serviço social é uma profissão investigativa e interventiva, o procedimento de sistematização contribui para estabelecer uma unidade entre a pesquisa e ação no desenvolvimento das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da intervenção profissional.

O esforço de sistematização como um componente central do trabalho do assistente social não significa, portanto, apenas a geração de dados e informações, mas um processo que envolve a produção, organização e análise dos mesmos a partir de uma postura crítico-investigativa. Trata-se, na verdade, de um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional, constituindo-se como um esforço problematizador sobre suas diferentes dimensões em relação às expressões cotidianas da realidade social, mediatizadas pelas políticas sociais, pelos movimentos sociais, pela forma de organização do trabalho coletivo nas instituições e, sobretudo, pelas disputas societárias. A sistematização no trabalho do assistente social é antes de tudo uma estratégia que lhe recobra sua dimensão intelectual, posto que põe em marcha uma reflexão teórica, ou seja, revitaliza e atualiza o estatuto teórico da profissão, condição social e institucionalmente reconhecida para a formação de quadros nesta profissão. (ALMEIDA, 2006, p. 402-403).

As análises das situações concretas manifestadas no exercício profissional possibilitam compreender, enfrentar e dar visibilidade às questões importantes conectadas à totalidade social. Portanto, é ao desvelar a lógica e a dinâmica da atividade profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que se pode apreender as possibilidades de um exercício profissional mediado pelo projeto profissional (VASCONCELOS, 2015). Nesse sentido, compreendemos que as respostas encontradas pelo fazer profissional às manifestações da questão social estão presentes na realidade social, mas elas não se revelam por si, nem a partir do que está aparente, elas precisam ser desveladas de maneira crítica, propositiva e qualificada. Consideramos então que:

É a experiência real do conjunto de assistentes sociais brasileiros, principalmente, dos que tomam como referência o projeto profissional, que pode ou não oferecer a oportunidade de ensinamentos práticos. Experiências exitosas, ao serem apreendidas no conjunto da atividade profissional, mesmo que minoritárias, representam tendências presentes na realidade e podem revelar possibilidades de caminhos a serem percorridos e ampliados. É ao serem apreendidas na sua lógica e movimento que essas experiências podem ser democratizadas a partir de sistematizações/relatos de experiências que revelam mais do que resultados adjetivos/abstratos (os usuários foram beneficiados; a cidadania foi garantida), [...]. Por outro lado, qualquer experiência submetida à análise, independentemente da direção social e das suas consequências, revela tanto o contexto em que ela se dá, como as injunções colocadas aos profissionais e à profissão. Esse complexo revela que, na busca de práticas mediadas pelo projeto profissional, impõe-se uma articulação orgânica entre academia/meio profissional. (VASCONCELOS, 2015, p. 460).

Nesses termos, a proposta deste artigo é democratizar, mediante a sistematização da prática, o desenvolvimento da dimensão pedagógica do assistente social no CECH, por meio da estratégia de compartilhamento dos conhecimentos sobre a temática da diversidade sexual e de gênero, a fim de combater a LGBTfobia institucional, bem como contribuir para aproximar o serviço social dessa pauta. Pretende-se também salientar a importância da investigação e intervenção profissional no enfrentamento aos desafios vivenciados pela população LGBT, na luta por políticas públicas e pela consolidação dos direitos humanos, principalmente na conjuntura de retrocessos no âmbito social, econômico, político e cultural vivenciados na atualidade.

4 Compartilhando os estudos de gênero e sexualidade do litoral ao sertão pernambucano

A partir da análise das denúncias de LGBTfobia atendidas pelo CECH, identificamos uma forte incidência da ocorrência dessas situações de violência e violação de direitos nas instituições públicas e privadas que compõem a rede de serviços do estado de Pernambuco. Esse fator, apreendido pelos estudos realizados com foco na realidade social, possibilitou que o centro direcionasse suas ações para uma prática pedagógica que ultrapassasse sua atuação no âmbito da proteção às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais vítimas do preconceito e da discriminação ainda presentes na sociedade.

De forma breve e baseada nos formulários de acolhimento e acompanhamento das denúncias, os diferentes contextos em que a LGBTfobia se concretizava/materializa têm como cenário os espaços institucionais dos serviços públicos e privados nas áreas da assistência social, saúde e educação, de forma mais contundente. A LGBTfobia se concretiza, com base nas denúncias, tanto na relação profissional/usuário quanto na relação entre os usuários.

Assim, na perspectiva de compartilhar conhecimentos e combater a LGBTfobia, a equipe do CECH definiu como estratégia a promoção de espaços de capacitação sobre gênero e sexualidade para os gestores e profissionais das mais variadas disciplinas: serviço social, psicologia, direito, medicina, terapia ocupacional, enfermagem, educadores etc. Os participantes da capacitação atuam nos diferentes espaços que foram (ou não) cenário de preconceito e discriminação contra a população LGBT nos municípios de Pernambuco, como o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas); Casas de acolhimento etc., no âmbito da assistência social; Unidades de Pronto-Atendimento (UPA); Centro de Atenção Psicossocial (Caps); Núcleo de Acolhimento à Saúde da Família (Nasf) etc., no âmbito da saúde; e nas escolas públicas e privadas na área da educação.

Mesmo reconhecendo que essas áreas têm seus próprios parâmetros de atuação e suas especificidades, ressaltamos que o foco da atividade proposta pelo CECH é comum a todas, tendo em vista que as discussões sobre as questões de gênero e sexualidade ultrapassam os limites setoriais, ao mesmo tempo que se aproximam conforme os sujeitos LGBT se relacionam com esses espaços a partir de suas demandas específicas e dos serviços oferecidos em cada uma delas. Desse modo, pensar sobre esses marcadores sociais é imprescindível para todas as áreas profissionais.

Para a realização dessa atividade, foi necessário um processo de articulação e mobilização dos profissionais para um momento de capacitação sobre gênero e sexualidade, em cada área específica e em seus respectivos municípios. Por exemplo, no âmbito da assistência social, articulamos com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Jabotão dos Guararapes a mobilização de todos os profissionais dos serviços que compõem essa secretaria, CRAS, Creas etc., a fim de que eles participassem do que estava sendo proposto. O mesmo procedimento ocorreu com as demais políticas.

Pensamos como metodologia, para facilitar o diálogo em torno da temática proposta, a produção de algumas placas. Elas continham, na forma escrita, as principais categorias que envolvem os estudos de gênero e sexualidade, que serão apresentadas mais adiante. Essas placas eram distribuídas pelo grande grupo, com o objetivo de que os participantes, a partir de seus conhecimentos prévios sobre a temática, pudessem construir a sequência lógica dos conceitos básicos sobre gênero e sexualidade que estavam escritos nas placas, definidos por categorias.

As primeiras placas confeccionadas correspondiam aos três conceitos fundamentais para o entendimento da temática em questão, são eles: sexo biológico, identidade de gênero e orientação afetivo/sexual.

Iniciamos as discussões com o conceito de sexo biológico. Definidos socialmente como macho e fêmea (outras placas que produzimos), abordamos nas capacitações que a partir do sexo biológico se criam expectativas estereotipadas em relação aos corpos dos indivíduos. Essas expectativas, portanto, já são demonstradas por pais e familiares em geral, representando a primeira instância socializadora desses indivíduos antes mesmo do nascimento. Um exemplo disso é a influência social exercida a partir da época da gravidez da mulher quando se pergunta sobre o sexo da criança e o nome escolhido, elementos que já efetivam a expectativa em relação ao papel sexual (SOUZA, 2013). Nesse sentido, compreenderemos papel sexual como “um conjunto de normas referentes a atitudes, valores, reações emocionais e comportamento que são considerados apropriados a cada sexo em uma cultura e momento histórico determinado” (GRACIANO, 1978, p. 29).

Por meio da cor da roupa, do enxoval escolhido, dos brinquedos que são presenteados, dos comportamentos estimulados, das brincadeiras de menino e de menina, das concepções, valores e vivências da família, esses corpos vão sendo incentivados a representarem papéis sexuais diferenciados.

No Brasil, atualmente, constatamos que papéis sexuais masculinos e femininos são bem definidos e distintos. A nível de comportamentos temos, por exemplo, que a mulher habitualmente realiza tarefas domésticas, o homem não; o homem frequenta bares sozinho, a mulher não; a nível das reações emocionais, espera-se que a mulher chore, o homem não; que o homem seja frio e corajoso, a mulher emotiva e insegura. A nível de atitudes, a mulher deve manter uma postura social receptiva e submissa diante da agressão e domínio masculino. A nível de valores, a mulher deve colocar o lar e os filhos em primeiro lugar, o homem deve pensar na realização através do trabalho fora do lar. (GRACIANO, 1978, p. 29).

Assim, é por meio do diálogo acerca das situações cotidianas impressas em nossa cultura que levamos à discussão as categorias que formam o conceito de sexo biológico, a fim de facilitar a compreensão por parte dos profissionais. Desse modo, sobre o sexo biológico, o que socialmente se propaga é a existência de uma coerência que, popularmente, é facilmente percebida pela relação com o aspecto físico do indivíduo – pênis, logo, sexo masculino, macho; vagina, logo, sexo feminino, fêmea.

Ainda dentro desse conceito, adicionamos a placa intersexual, que compreende “uma variedade de pessoas que possuem condições anatômicas, de ordem reprodutiva e sexual, que não correspondem às definições tradicionais do que seja o sexo feminino ou o sexo masculino” (FERREIRA, 2018, p. 34). Antigamente, essas pessoas eram chamadas de hermafroditas, um termo bastante pejorativo, que foi rejeitado pelos movimentos políticos de pessoas intersexuais. Elas podem nascer com uma aparência fenotípica feminina e anatomia interna masculina, ou vice-versa; ou então com genitais do que poderia ser considerado “de ambos os sexos”; ou, ainda, com uma variedade genética diversa das opções “XX” e “XY” (FERREIRA, 2018, p. 34).

A autora Gayle Rubin (1993), em seus escritos sobre o tema, buscou distinguir as noções de gênero e sexo ao problematizar que o que se propaga na sociedade é a existência de um “sistema sexo-gênero” que deve ser coerente e entendido como a relação necessária entre o sexo – constituição física/biológica do indivíduo – e o gênero – papel social previsto para o indivíduo em razão do seu sexo. Consoante com Joan Scott (1995, p. 72) ao afirmar a rejeição ao conceito de gênero que o condiciona a um determinismo biológico, a partir das diferenças sexuais, Butler (2012) defende que o gênero é uma produção cultural, uma interpretação cultural do sexo. Contudo, o gênero apresenta-se como um conceito complexo e instável, se examinado em diferentes contextos históricos.

[...] “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”, e, por conseguinte, não pode ser desvinculado de interseções políticas e culturais que o produzem e mantêm. Essa concepção, elaborada para questionar o determinismo biológico, se levada às últimas consequências, acarretaria uma descontinuidade – que pode ser radical – entre “corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos”, o que impediria a “inteligibilidade de gênero”. Para Judith Butler, gêneros “inteligíveis” são os que instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática e desejo. (BUTLER, 2003, p. 21-37 apud BARBOZA, 2012, p. 57).

Com base nessa compreensão, apresentamos o conceito de identidade de gênero. Compreendemos esse conceito como a forma com a qual a pessoa se identifica, se reconhece e como elas são reconhecidas socialmente. Nas palavras de Guilherme Ferreira (2018, p. 32), “é a experiência que cada pessoa tem sobre qual gênero a sua identidade carrega”. Assim, compreendemos que existem duas categorias que nos auxiliam a compreender o conceito de gênero, são elas: cisgênero e transgênero. Para explicar a primeira, utilizamos as placas homem cis e mulher cis; e para explicar a segunda, utilizamos as placas mulher trans, homem trans e travesti.

Compreendemos cisgênero como as pessoas que a sua identidade de gênero é coerente com o padrão socialmente estabelecido a partir do seu sexo biológico. Se existe uma expectativa social de que as pessoas que nascem fêmea sejam mulheres (mulher cisgênero) e as que nascem macho sejam homens (homem cisgênero), nada mais comum que as pessoas se identificarem com essa construção social. Já a compreensão sobre transgênero corresponde aos sujeitos que a sua identidade de gênero não necessariamente é coerente com o padrão socialmente estabelecido a partir do sexo biológico, portanto, são os sujeitos que rompem com as expectativas socialmente construídas.

Na tentativa de simplificar algo complexo, entende-se que se uma pessoa nasceu macho, mas não se identifica socialmente com o gênero esperado pelo seu biológico e, conseqüentemente, assume a identidade feminina, convencionou-se chamá-la de mulher trans ou travesti; e se uma pessoa nasceu fêmea, mas se identifica com o gênero masculino, convencionou-se chamá-la de homem trans. De acordo com Ferreira (2018, p. 32), “As sociedade e culturas constroem as suas ordens de gênero de maneiras distintas, o que significa que haverá identidades transgênero especificadas de cada sociedade. No Brasil, convencionou-se especificar as identidades

trans através das categorias “travestis” e “transexuais”, que possuem diferenças discursivas, geográficas, históricas e sociais”.

Isso exposto, compreendemos que há uma essencial necessidade de complementaridade do sistema sexo-gênero. A concepção de sexualidade é imprescindível para compreendê-lo, visto que esse sistema se finaliza com o comportamento sexual esperado para ser desempenhado pelos indivíduos sob lógica da heterossexualidade, que norteia esse sistema e, portanto, define que os corpos de um sexo devem, exclusivamente, se relacionar com corpos de sexo diferente.

Mediante o entendimento da existência de uma matriz heterossexual, o sistema sexo-gênero-sexualidade⁵ indica a problemática da fixação de uma sequência humana inteligível a partir da coerência desses elementos (IRINEU, 2012). Portanto, no imaginário social, o sujeito que nasceu biologicamente macho precisa, necessariamente, se identificar com o gênero masculino e, conseqüentemente, ser heterossexual; assim como a pessoa que nasceu biologicamente fêmea tem que, necessariamente, se identificar com o gênero feminino e, conseqüentemente, ser heterossexual.

A sexualidade, como afirma Foucault em seu livro *História da sexualidade – a vontade do saber*, de 1988, portanto, é um dispositivo⁶ histórico de regulação, “é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem verdades” (FOUCAULT, 1988, p. 15 apud LOURO, 2000, p. 6).

Segundo Jeffrey Weeks (2000), a sexualidade é, em suma, na experiência ocidental, uma construção social:

A história da sexualidade é, para Foucault, uma história de nossos discursos sobre a sexualidade, discursos através dos quais a sexualidade é construída como um campo de conhecimento que modela as formas como pensamos e conhecemos o corpo. A experiência ocidental da sexualidade, ele sugere, não é a da repressão do discurso. Ela não pode ser caracterizada como um “regime

5 Nessa discussão, seguindo as reflexões de Weeks (2000, p. 29), o termo “sexo é usado como um termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que vemos como diferenciando homens e mulheres. [...] Para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres, usei o termo gênero. E, utilizei o termo sexualidade como uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas”.

6 Um dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais (FOUCAULT, 1998 apud DUQUE, 2008, p. 2).

de silêncio”, mas, ao contrário, como um constante e historicamente cambiante incitamento ao discurso sobre o sexo. Essa explosão discursiva sempre em expansão é parte de um complexo aumento do controle sobre os indivíduos, controle não através da negação ou da proibição, mas através da produção; pela imposição de uma grade de definição sobre as possibilidades do corpo, através do aparato da sexualidade: ‘O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global’. (FOUCAULT, 1993, p. 101 apud WEEKS, 2000, p. 35).

A construção do gênero e da sexualidade, como afirma Guacira Louro (2008), ocorre na longevidade da vida, continuamente, infundavelmente, não apenas no momento do nascimento, da identificação de aspectos biológicos – pênis e vagina –, da nomeação do corpo, da definição das cores e vestimentas apropriadas.

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos parecem absolutos, quase soberanos. (LOURO, 2008, p. 18).

Em vista disso, podemos entender que “a sexualidade envolve rituais, linguagens, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais”. As formas de expressar as práticas sexuais e os desejos, as possibilidades da sexualidade, assim como o gênero, são também definidas por processos culturais, socialmente estabelecidos (LOURO, 2000, p. 6).

Portanto, embasado nessa concepção, apresentamos o conceito de orientação sexual. Entendemos esse conceito como a forma pela qual os sujeitos orientam os seus desejos, seus afetos e suas práticas sexuais. Ainda nas palavras de Ferreira (2018, p. 32-33), “corresponde à identificação das pessoas com as categorias socialmente validadas sobre um determinado desejo e afeto que sentem e direcionam para outras pessoas”. Para facilitar a compreensão dessas categorias construídas historicamente em nossa sociedade, utilizamos as seguintes placas: heterossexual,

para designar as pessoas que sentem atração afetivo-sexual por alguém de sexo/gênero oposto; gay, para designar os homens (cis ou trans) que sentem atração afetivo-sexual por outros homens (cis ou trans); lésbica, para designar as mulheres (cis ou trans) que sentem atração afetivo-sexual por outras mulheres (cis ou trans); e bissexual, para designar as pessoas que sentem atração afetivo-sexual por ambos os sexos/gêneros, numa perspectiva binária.

Próximo ao fim da capacitação, promovemos uma discussão sobre a forma institucionalizada de violência e violação de direitos da população LGBT, com a placa da LGBTfobia institucional. Ela, por sua vez, contribuiu bastante para o compartilhamento de experiências pessoais e profissionais, para reflexões sobre outras práticas possíveis dentro do ambiente de trabalho e favoreceu a continuidade do diálogo sobre a importância de conhecer as categorias, conceitos e, principalmente, os sujeitos que compõem a diversidade sexual e de gênero.

Ao fim, apresentamos o esquema lógico das placas, que pode ser visto na Figura 1 abaixo, produzida para este artigo.

Figura 1: Esquema lógico das placas utilizadas na capacitação



Fonte: Elaboração própria (2021).

Como vimos, a imagem apresenta uma sistematização de como se encaixam as placas elaboradas para promover a discussão sobre a temática de gênero e sexualidade. Essa técnica, a partir do feedback dos profissionais participantes, contribuiu para a apreensão dos conceitos e categorias fundamentais, assim como favoreceu uma melhor apreensão sobre quem são os sujeitos que compõem a sigla LGBT, quais as suas vivências na sociabilidade capitalista contemporânea e quais os caminhos possíveis para a superação das situações de violência e violação de direitos que assolam a vida dessas pessoas.

A mensagem final que mais acolhia os participantes era sobre o respeito. Sabemos que apenas respeitar não é suficiente para quem sofre as opressões oriundas da LGBTfobia, mas entendemos que ali, naquele(s) espaço(s), a conclusão do respeito era importante, pois representava que, pelo menos, naquela(s) instituição(s), a população LGBT poderia ter acesso aos serviços, ser atendida e acolhida, o que para nós, LGBT, sem dúvida, já é um passo significativo. A equipe do CECH se despediu das capacitações com a sensação de que naquela instituição práticas que promovam a igualdade serão possíveis, garantindo o respeito à diversidade sexual e de gênero.

5 Considerações finais

Em tempos de ultraneoliberalismo, de promulgação de discursos de ódio, de apologia a diferentes formas de violência e violação de direitos, de inúmeros retrocessos no campo dos direitos sociais, políticos, culturais e econômicos, de múltiplas reformas a favor do capital internacional, entre outros absurdos legitimados pelas diferentes esferas que compreendem os três poderes no Brasil, qualquer prática que vise a emancipação política e humana dos sujeitos deve ser valorizada, compartilhada e replicada.

No que se refere à população LGBT, antes das eleições presidenciais para o quadriênio 2019-2022 e nos primeiros meses de mandato do então presidente eleito, inúmeros foram/são os ataques à vivência dessa população no Brasil. Práticas conservadoras e fundamentalistas estão sendo promulgadas em todas as esferas, em um tom bastante denso de discriminação, preconceito e violência. A LGBTfobia vem, cada vez mais, garantindo sua naturalização na esfera político-social do país.

É, então, na contramão desse contexto que as diferentes categorias profissionais devem pautar suas investigações e intervenções na realidade social. Em termos mais aproximados, é nessa direção que

o profissional do serviço social, em seu compromisso ético-político emancipatório, deve pautar seus estudos e sua ação profissional, consonante com o projeto ético-político hegemônico. Ter como referência uma atuação aliada aos movimentos sociais, com o objetivo de fortalecer a luta, assegurar os direitos da população em destaque e o respeito às suas especificidades, tornando suas pautas reivindicatórias visíveis e, acima de qualquer perspectiva, respeitando a diversidade sexual e de gênero. Podendo, assim, ultrapassar as barreiras do conservadorismo ainda presentes na profissão e afirmar o seu posicionamento com a luta da classe trabalhadora e de seus segmentos.

Nesse sentido, reconhecemos a relevância desse artigo não só por levantar a bandeira da população LGBT, mas por compartilhar a sistematização de uma prática profissional aliada ao projeto hegemônico que, por meio do desenvolvimento da dimensão pedagógica no âmbito do serviço social, tem favorecido as reivindicações pelos direitos da população LGBT com horizonte na superação da LGBTfobia, que deixa, cotidianamente, marcas severas na vida desses sujeitos.

Compartilhar os estudos de gênero e sexualidade e produzir novos conhecimentos a partir da realidade concreta dos diferentes municípios, do litoral ao sertão pernambucano, foi e ainda é uma tarefa fundamental para a equipe do Centro Estadual de Combate à Homofobia, uma vez que, por meio desse espaço sócio-ocupacional e do empenho de toda a equipe, as vivências, as demandas e as especificidades das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais puderam ser apreendidas e problematizadas pelos profissionais que compõem a rede de serviços públicos e privados de alguns municípios do estado de Pernambuco.

Por fim, a reflexão fomentada por este artigo busca incentivar os profissionais do serviço social a compreenderem as potencialidades que o fazer profissional pode oferecer na perspectiva de transformação social. Essa é uma das inúmeras maneiras que a categoria profissional pode contribuir para que a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais possa vivenciar livremente sua identidade de gênero e orientação sexual.

Referências

ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do serviço social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 43-71, 2004.

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. Mobilização social e práticas educativas. *In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (org.)*. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: Cfess, 2009. p. 593-608.

ABREU, M. M. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, N. L. T. Retomando a temática da “sistematização da prática” em serviço social. *In: MOTA, A. E. et al. (org.)*. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 399-408.

BARBOZA, H. H. Transexualidade: a questão jurídica do reconhecimento de uma nova identidade. **Advir**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 54-66, 2012.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social: lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DUQUE, T. Sexualidade, gênero e abjeção: uma reflexão sobre direitos humanos e LGBT no Brasil contemporâneo. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA*, 1., 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2009. p. 1-19.

FERREIRA, G. G. **Diversidade sexual e de gênero e o serviço social no sociojurídico**. São Paulo: Cortez, 2018.

GRACIANO, M. Aquisição de papéis sexuais na infância. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 25, p. 29-44, 1978.

IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N. Homofobia, sexismo e educação: notas sobre as possibilidades de enfrentamento à violência a partir de um projeto de extensão universitária. **Advir**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 75-90, 2012.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MESQUITA, M.; MATOS, M. C. “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” – reflexões sobre a campanha do conjunto Cfess/Cress. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 131-146, 2011.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do serviço social. *In*: MOTA, A. E. et al. (org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. p. 141-160.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, L. L. Avaliação da atuação do serviço social na ONG Movimento Gay Leões do Norte e Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia Leões do Norte. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1.; SEMINÁRIO DE MODELOS E EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS, 3., 2012, Recife. **Anais** [...]. Recife: UFPE, 2012.

SOUZA, L. H. B. L. Assistentes sociais afirmam: vidas trans importam! **Cress-PE**, Recife, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/33f4JIA>. Acesso em: 27 abr. 2019.

SOUZA, L. H. B. L. **Com quais cores se pinta o serviço social da UFPE?** A contribuição do curso de serviço social da UFPE para o estudo da problemática dos sujeitos LGBT, reflexões à formação profissional. 2013. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

VASCONCELOS, A. M. **A/O assistente social na luta de classes:** projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. *In:* LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 24-61.

Recebido em janeiro de 2021.

Aprovado em março de 2021.